



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Luiz Henrique Bonvini de Moura

Lideranças religiosas na Câmara dos Deputados: análise da
trajetória e da atuação de dois parlamentares

Brasília,
Novembro de 2018

LUIZ HENRIQUE BONVINI DE MOURA

PROJETO APLICADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, da Universidade de Brasília, UnB, como requisito para obtenção de título de Bacharel.

Orientadora: PROFESSORA DRa. FLÁVIA MILLENA BIROLI TOKARSKI

Brasília,
Novembro de 2018

Resumo

Este artigo faz uma análise da trajetória e atuação dos deputados João Campos e Flavinho durante a 55ª legislatura, buscando entender como as lideranças religiosas atuam na Câmara dos Deputados. Mesmo se tratando de um país laico, há no Congresso Nacional, uma articulação em torno de um embate entre os movimentos de identidade e os movimentos conservadores religiosos. Com isso, percebe-se uma atuação desses movimentos sub-representados para desmontar a penalização conservadora que considera o reconhecimento dos direitos dessas comunidades como um ultraje contra os costumes tradicionais, enquanto do outro lado os movimentos conservadores atuam na busca de desmontar a ação dos movimentos pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento da diversidade sexual. Assim, com a análise da atuação desses deputados, busca-se entender como é essa atuação dos movimentos religiosos.

Palavras-chave: Lideranças Religiosas. LGBT. Feminismo. Câmara dos Deputados. Bancada Evangélica. Análise de Trajetória. Deputado Flavinho. Deputado João Campos.

Abstract

This article analyses the trajectory and acting of the following representatives, João Campos and Flavinho, through the 55th legislative period, seeking to understand how those religious leaders take actions in the House of Representatives. Although the country is lay, there is in Congress an articulation around a debate between identity movements and conservative religious movements. Taking this into consideration, we notice that the action of these under-represented movements to disrupt the conservative penalty that considers the acknowledgement of these communities' rights as an outrage against traditional values, while in the other side the conservative movements act seeking to disrupt the movements actions for gender equality and sexual diversity acknowledgement. Therefore, analyzing how those representatives take action in the House, it seeks to understand the actions of those religious movements.

Key words: Religious Leaders. LGBT. Feminism. House of Representatives. Evangelical Bench. Trajectory Analysis. Deputy Flavinho. Deputy João Campos.

Introdução

Nessa pesquisa, discutimos a participação de parlamentares religiosos na política nacional brasileira e qual tem sido a agenda prioritária na atuação destes como deputados. O objetivo da pesquisa é entender a atuação de dois diferentes atores de frentes religiosas da Câmara dos Deputados, durante a 55ª legislatura (2015-2018). Fazemos isso depois de uma pesquisa prévia que identifica algumas lideranças parlamentares religiosas que têm atuado contra as agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual.

Foram, então, selecionados os seguintes deputados: O Deputado João Campos (PRB-GO) - evangélico da Assembléia de Deus, autor do PDC 234/2011, conhecido como a "cura gay" e ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional que lutava pela pauta da família e do estatuto do Nascituro - e o Deputado Flavinho (PSC-SP) - católico, que em seu primeiro mandato na casa foi Vice Presidente da Frente Parlamentar Católica e se empenhou nas pautas contra a utilização do termo gênero nos materiais de educação brasileiro, além de ter grande atuação em temáticas que vão contra os direitos LGBT no Brasil e forte atuação em políticas punitivas contra o direito ao aborto no país -. Procura-se entender, nesse estudo, como esses dois parlamentares, que se utilizam de discursos religiosos e de fé, agem e como conseguem travar os ganhos dos movimentos LGBT e Feministas dentro da Câmara.

A partir disso, na primeira sessão, começamos com uma introdução à temática da religião e do movimento de minorias, trabalhando o repertório de atuações feministas e LGBT no Brasil. Em seguida, explicamos como o Brasil, que é um Estado laico, tem grande atuação da religião nas suas esferas de poder, trabalhando a contínua atuação tanto da Igreja Católica quanto das igrejas evangélicas nas instâncias do poder legislativo brasileiro. Na terceira seção trazemos exemplos de como o Estado brasileiro é um estado conservador com atuações parlamentares que tentam barrar os avanços das pautas feministas e LGBT, para, em seguida, na quarta seção, trabalhar a atuação específica dos deputados selecionados.

1. A Ação dos Movimentos

Há no Brasil uma grande desigualdade e discriminação social entre pessoas do sexo masculino e feminino. A sociedade de tradição hegemônica é criada dentro de moldes que reforçam a reprodução de desigualdades, convivendo diariamente com essa discriminação entre homens e mulheres. Porém, hoje, reformas legislativas, a maioria posterior à constituição de 1988, instituem ao menos legalmente a igualdade de gênero em vários contextos. (MACHADO, 2016)

Em relação aos homossexuais, nos entendimentos e discursos religiosos e jurídicos coloniais encontramos a carga negativa e discriminatória contra essa comunidade. Tratados como pecadores e criminosos, os homossexuais, sempre tiveram sua identidade e relações sexuais estigmatizadas. (MACHADO, 2016)

Como aponta Machado, a defesa dos movimentos feministas e LGBT se fez e se faz para desmontar a penalização conservadora que considera a constituição e as práticas dessas minorias como “crimes contra os costumes”. A partir dos anos 2000 esses movimentos passaram a ser condenados no Brasil, não só pelos católicos e evangélicos como simples religiosos, mas pelos líderes políticos que levam adiante a Bancada Evangélica no Congresso e por políticos que atuam como candidatos conservadores. O objetivo destes é a defesa em prol da família tradicional, que desconsidera o reconhecimento da diversidade e da austeridade. Os movimentos neoconservadores, são contrários aos direitos das mulheres e homossexuais, alegando a necessidade da ordem e dos “bons costumes”, dentro dos parâmetros traçados pela religião, para que a sociedade trilhe o seu caminho da salvação. (MACHADO, 2016) Lacerda traz, baseada na posição de Silverstein e Auerbach (1999:3-5, 13) o neo-conservadorismo como uma tentativa de homens héteros de restabelecimento de suas posições de poder, perdidas no interior das famílias após a garantia dos direitos de algumas minorias. (LACERDA, 2018)

O repertório feminista e LGBT tem suas bases no uso dos princípios da autonomia, integridade e dignidade individual e, portanto, se contrapõe ao princípio presente na organização da movimentação neoconservadora fundamentalista. Esses movimentos buscam o reconhecimento de direitos sexuais e exigem repensar a violência e a discriminação, na vida privada e na vida pública, em nome das identidades de gênero e de sexualidade. (MACHADO, 2016)

Lacerda (2018) afirma que o reposicionamento do combate ao aborto e à homossexualidade na agenda política, durante as últimas eleições no Brasil, com

um forte movimento familista na Câmara desde as eleições de 2006, foram bem sucedidos trazendo projeção e retorno eleitoral aos deputados que se lançam como religiosos. O crescimento da Bancada Evangélica não é a explicação em si para o crescimento do ativismo conservador nas casas do poder brasileiro. Mais precisamente, é a busca de visibilidade política por parte desses religiosos que informa a reação pró-família patriarcal.

O ativismo contra liberdades comportamentais, o ativismo autoritário, o ativismo anticomunista e o ativismo neoliberal não surgem no Brasil no século XXI. A oposição crescente às demandas dessas minorias antecede, portanto, o maior crescimento da bancada em 2011 e vai até o cume tanto de iniciativas quanto de religiosos tomando posse em 2015. Esses parlamentares religiosos do Legislativo buscavam resistir à avanços do feminismo e do movimento LGBT nos poderes Executivo e Judiciário. Existe um ideário político de idealismo punitivo, absolutismo de livre mercado, militarismo anticomunista e valores da direita cristã atrelado ao discurso desses políticos conservadores. (LACERDA, 2018)

Em "O Direito do Aborto no Legislativo Brasileiro", publicado por Biroli, Miguel e Mariano (2017), os autores defendem que em 2010, a ofensiva religiosa relativa à chamada "defesa da vida" e também à outros temas da chamada "agenda moral", como a oposição aos direitos dos homossexuais teve grande importância na chegada dessas eleições em um segundo turno, em prejuízo da então candidata Dilma Rousseff e para, assim, retirar dela compromissos conservadores. Os autores acreditam que a temática do aborto é utilizada como um meio de chantagem contra posições políticas menos conservadoras, tanto nas eleições de 2010 como nas de 2014. Os discursos no Congresso e as proposições legislativas acompanham a mesma dinâmica.

Assim, ainda hoje, é reverberada a ideia do bem comum associando a religião à verdade, caracterizando o que vai contra a religião como falso. (MONTERO,2006) Desde o século XX, a Igreja Católica sempre teve um papel importante na mediação entre Estado e sociedade civil, porém, hoje, verifica-se uma acirrada disputa entre programas de diferentes atores políticos. Em especial verifica-se a ação de grupos religiosos (católicos e evangélicos) em contraposição às ações de movimentos de identidade (feministas e LGBT). O princípio da separação jurídica da esfera religiosa do Estado, mesmo que garantido na Constituição, não inibe a religião da arena pública e nem as vantagens concedidas à Igreja Católica, que se

beneficia com auxílios financeiros, isenções de impostos e parcerias com as agências governamentais (MACHADO, 2012).

Porém, nos últimos anos, como apontam Biroli, Miguel e Mariano (2017), os discursos que recusam a validade de posições não religiosas caíram no Congresso Nacional Brasileiro. Isso pode estar ligado, segundo os autores, à ambiguidade do destinatário desses discursos parlamentares. Com um discurso extremamente neoconservador que tende a recusar a validade de discursos não religiosos, esses congressistas conseguem garantir uma certa adesão às suas pautas, tendo em vista que há no Congresso Nacional um grande número de parlamentares que se denominam por um discurso de fé e se identificam com tais palavras. Porém, esse discurso, muitas vezes, não consegue agregar outros votos da casa, o que dificulta sua aprovação. Os parlamentares precisam ser estratégicos dentro da Câmara e por isso precisam agregar ideias aos seus discursos.

Esses religiosos estão presentes na esfera da política para buscar uma certa legitimidade. Afinal, a capacidade de influência na sociedade aumenta quando se está na política e quem está na política consegue ter acesso à uma série de parcerias com o Estado. Assim, são colocadas em questão as relações entre Estado, religião e sociedade, evidenciando que a religião se tornou incontornável na atualidade. (GIUMBELLI, 2004)

Então, para entender a atuação desses parlamentares religiosos e buscar uma explicação para as ações em contenção dos avanços de minorias, utilizo a idéia da “Metáfora da Colina” de Arlie Hochschild no livro “Strangers in their own land” (2016). Essa metáfora cria um cenário onde existe uma colina bem alta, de um lado dessa colina há uma fila de cidadãos, que rumam em direção ao topo da colina, onde se encontra o conhecido “sonho de vida americano”. À frente dessa fila se encontram alguns cidadãos que estão acostumados a estar mais perto do sonho americano que outros. Porém, em algum momento de revira-volta na história começam a surgir “*line-cutters*” ou “fura filas”. Esses fura filas são representados pelas minorias, como mulheres e negros, que representam mais de 51% dessa população. Então, agora, esses “fura filas” começam a ter acesso à direitos que antes eram historicamente reservados para brancos ou homens, que são a menor parte da sociedade. Há nessa teoria americana uma citação ao presidente Barack Obama que, por desenvolver políticas de acesso dessas minorias à tais espaços que anteriormente eram negados à elas, é interpretado como um presidente que

governa para esses “fura filas”, o que incomoda quem sempre esteve na linha de frente da fila.

A pesquisa de Hochschild é baseada em um estudo realizado no estado americano de Louisiana. O estudo tentava entender como esse estado, onde se encontra o segundo maior índice de pobreza americano e que é marcado por um dos mais dramáticos vazamentos de petróleo do país, possui a maior parte dos cidadãos se identificando com candidatos de perfil conservador, que combatem medidas de proteção ambiental e são contrários às políticas de benefício social promovidas pelo governo.

Essa identificação dos eleitores americanos por certos políticos da extrema direita pode ser analisada junto a essa interferência cada vez mais eminente das religiões em tentar combater o avanço de políticas de acesso de alguns grupos sub-representados na política, como mulheres e LGBTs, no Brasil. Como será discutido durante o texto, as religiões sempre estiveram presentes no Estado Democrático Brasileiro, mesmo se tratando de um Estado dito como laico. Esses que se encaixavam na família cristã sempre estiveram presentes na linha de frente para chegar ao topo da colina. A família tradicional foi quem sempre teve seu espaço garantido, dando menos espaço às mulheres e nenhum espaço aos homossexuais. Porém, nos últimos anos, houve uma ascensão dessas minorias, que começaram a chegar também ao topo dessa colina na linha de frente. Então, houve ao mesmo tempo um movimento de priorização ao combate, por parte desses religiosos conservadores na política, às propostas que viessem atreladas às bandeiras feministas e LGBT nas casas do Congresso, já que essas propostas tiram das mãos da sociedade conservadora o poder total sobre o Estado Brasileiro, distribuindo esse poder entre um maior número de pessoas. Como apontado por Lacerda (2018), esse neo-conservadorismo é a tentativa de restabelecimento de posições de poder, perdidas no interior das famílias após a garantia dos direitos de algumas minorias.

Para essa pesquisa, foram analisados 445 projetos propostos e relatados pelos dois parlamentares selecionados. Desses, 211 foram projetos propostos ou relatados pelo Deputado Flavinho (PSC-SP) e os outros 234 foram projetos propostos ou relatados pelo Deputado João Campos (PRB-GO). Todos os projetos analisados foram de atuação parlamentar durante a 55ª legislatura da Câmara dos

Deputados (2015-2018), os projetos foram retirados do site da Câmara dos Deputados, acessado até o dia primeiro de agosto de 2018, data de finalização do levantamento. Os projetos foram divididos em 21 categorias, além de uma 22ª categoria, a de "Outros", que abrange os projetos com temáticas que apareceram apenas uma vez na análise, sendo considerados de pouca influência para o estudo. Os projetos podem, também, se encaixar em mais de uma categoria, já que esses não se limitam a trabalhar apenas com uma temática por vez.

Tabela 1: Tabela de proposições relatadas e de autoria dos deputados João Campos (PRB-GO) e Flavinho (PSC-SP), na 55ª legislatura.

Categorias	Projetos Deputado João Campos (PRB-GO)	Projetos Deputado Flavinho (PSC-SP)
Administração Pública	14	0
Armamento	2	0
Código Penal	34	15
Comunicação	9	5
Direitos da Mulher	6	22
Direitos Humanos	2	2
Economia	35	17
Educação	6	25
Energia	0	4
Família	3	3
Gênero e Sexualidade	3	23
Homenagens e Dias Comemorativos	14	29
Meio Ambiente	0	3
Previdência	11	9
Privatização	0	3
Radiofusão	3	6
Religião	12	14
Saúde	5	20
Segurança Pública	20	0
Trabalho	26	8
Tecnologia	2	2
OUTROS	32	15
TOTAL	239	225

Fonte: Elaborada pelo autor, como parte da pesquisa “Democracia, direitos e a ofensiva contra a ‘ideologia de gênero’” (FAP-DF 04/2017).

2. Estado Laico Brasileiro

O Brasil passou a ser considerado como Estado laico a partir do final do século XIX, através do Decreto 119-A de Ruy Barbosa. Na constituição brasileira, é assegurada a liberdade de consciência e de crença, além do livre exercício dos cultos religiosos. Essas questões deveriam tornar a religião como uma instituição a parte do sistema político nacional, mas não é isso que percebemos na realidade.

Montero (2006), trata do paradigma da secularização de Weber para falar da separação entre a religião e o Estado. Inaugurado pela modernidade, o paradigma prega que haveria uma privatização da religião com uma separação entre Estado e Religião. Isso manteria a Religião no âmbito privado dos cidadãos enquanto o Estado cuidaria do âmbito público da vida destes. Porém isso é algo utópico e fora da realidade e da conjuntura política brasileira atual. Há no Brasil uma certa confusão de o que é privado e o que é público quando se trata de Religião e Estado. E como indicado por Machado (2012), esse fenômeno não deve ser tratado como uma desprivatização da religião no Brasil ou até mesmo uma emergência do religioso na esfera pública, levando em conta que os católicos nunca se viram fora desse ambiente.

Em 18 de Setembro de 2003, durante a 52ª Legislatura (2003-2006), foi oficializada a Frente Parlamentar Evangélica. Seu intuito inaugural era congregar através de cultos semanais os políticos evangélicos, podendo, assim, engendrar uma “mobilização estratégica” (Baptista, 2009) em torno das bandeiras de luta da FPE no âmbito do legislativo. Como indicado por Noemi Araújo Lopes, em “A frente parlamentar evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados” (2003), a FPE tem como um dos seus objetivos fazer oposição à aprovação de projetos que ferem os preceitos bíblicos. Seus parlamentares atuam pautando-se em demandas de cunho tradicionalista e moralista, tendo como sua principal bandeira a defesa da família e dos ‘bons costumes’. Estão presentes na Câmara tanto a Frente Parlamentar Evangélica quanto a Frente Parlamentar Mista Católica, mas, além disso, existe a Bancada Evangélica que acaba abarcando deputados que são de outras religiões mas que têm interesses em comum com os deputados evangélicos.

Conforme publicado no Diário da Câmara dos Deputados (DCD) em 09/11/2015, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional é composta, durante a 55ª Legislatura (2015-2018), por 4 Senadores e 199 deputados, estando 19 destes fora do exercício durante essa pesquisa. E a Frente Parlamentar Mista

Católica Apostólica Romana é composta, também durante a 55ª Legislatura (2015-2018), por 5 Senadores e 215 deputados, estando 15 destes fora do exercício durante essa pesquisa.

O processo eleitoral de 2014 não provocou um aumento significativo no número de Evangélicos na Câmara dos Deputados Federal. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), no site da Câmara Federal (2018), a bancada evangélica teria eleito 75 deputados em 2014, um aumento em relação aos 70 integrantes da 54ª Legislatura – o critério adotado, contudo, não é especificado. Porém, em 2015 toma posse a composição mais conservadora do Congresso Nacional desde 1964 e Eduardo Cunha (PMDB/RJ) assume a presidência da Câmara. (LACERDA, 2018)

Tabela 2: Membros da bancada evangélica eleitos por legislatura.

Legislatura	Anos	Nº de membros da bancada evangélica
51^a	1999-2002	5
52^a	2003-2006	71
53^a	2007-2010	46
54^a	2011-2014	69
55^a	2015-2018	74
56^{a*}	2019-2022	84

Fonte: Tabela 3 - Membros da bancada evangélica eleitos por legislatura. - LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Pp.94. 2018.

* Os dados da 56ª Legislatura foram acrescentados pelo autor.

Políticos com crenças religiosas sempre estiveram presentes nas casas do Poder Legislativo, porém, com a ascensão de Eduardo Cunha (PMDB/RJ), deputado explicitamente evangélico, esses religiosos começam a ser mais abertos e realmente propor projetos em nome da fé. Além disso, nessa época Marcos

Feliciano é presidente da comissão de direitos humanos com um discurso de fé. Nesse período tramitava na casa reivindicações feministas e LGBTs como o PL 8035/10 que tratava em seu texto de gênero e orientação sexual e sofreu várias críticas e modificações por isso. Durante seu trâmite foram realizados uma série de eventos no Congresso com o intuito de difundir o discurso da "ideologia de gênero" para que fosse possível se trazer subsídios para projetos que impedissem a adoção de perspectivas de gênero nas políticas educacionais. Com as lideranças religiosas na casa, os grupos católicos comprometidos em propagar a ideia de ideologia de gênero passaram a ser convidados a expor suas ideias em diferentes situações. Estavam sendo criados mais espaços para eles. Espaços reativos aos avanços do movimento LGBT e Feminista. (MACHADO, 2016)

Giumbelli cita três princípios para entender que a laicidade é concebida como um valor necessário ao Estado. Esses princípios ao mesmo tempo garantem e limitam as religiões. Apesar disso, existe um movimento, por parte dos parlamentares religiosos, guiados pelas palavras sagradas, que vai contra a redução da exigência de neutralidade do Estado. O primeiro princípio, que deveria garantir a laicidade no Estado, é a garantia de não interferência e garantia dos direitos de expressão. A separação garante o não envolvimento da religião na esfera do Estado e a não interferência do Estado na esfera da religião. Ao mesmo tempo que essa separação demanda que o Estado ofereça as condições para a expressão religiosa, ela também demanda que o Estado possibilite a expressão religiosa. Outro princípio é o da igualdade, que requer um tratamento isonômico do Estado, e ao mesmo tempo exige que as religiões não façam demandas particularistas dentro do campo de políticas públicas. E o terceiro princípio é a liberdade de consciência. Se é a liberdade de consciência que funda o direito à expressão religiosa é ela também que consegue impelir o Estado à proteger os indivíduos das imposições religiosas. (GIUMBELLI, 2004)

“ [...] a mesma modernidade que exigiu a separação entre Estado e igrejas, governo civil e religião, também instituiu a "liberdade religiosa" e proclamou a isonomia de todos os coletivos de culto. Com isso, deixou-se aos indivíduos e aos grupos a tarefa de elaborar e se pronunciar sobre questões fundamentais da existência, embora a própria modernidade tenha desenvolvido outros espaços para tratar das mesmas questões.” (GIUMBELLI, Pp. 3, 2004)

Essa laicidade com atuação da religião no Estado coloca o Estado contra os pensamentos religiosos que diferem do pensamento dominante. Giumbelli (2004) traz o exemplo da França com a dualidade de embate e harmonia na convivência da religião predominante (catolicismo) e a religião que nos últimos anos tem crescido cada vez mais no país (islamismo). Trazendo isso para a realidade brasileira, podemos ligar essa discussão diretamente à uma crise na laicidade do sistema brasileiro.

3. Conservadorismo e Religião

Em 2004 foi lançado, pela Secretaria de Direitos Humanos, o projeto "Brasil Sem Homofobia". Esse projeto foi idealizado por seus criadores para combater a homofobia no território nacional brasileiro a partir de várias frentes. Uma parte do projeto é o "escola sem homofobia", uma forma de combater a homofobia nas escolas. Foram criados panfletos e materiais didáticos de leitura e de vídeo para tentar levar para os estudantes do ensino fundamental público brasileiro a idéia de combate à homofobia. Em 2011 o projeto foi barrado. Políticos conservadores trataram disso como um "kit gay". Esses políticos conservadores e de maioria religiosa, trouxeram a ideia de que o projeto "Brasil Sem Homofobia", ao invés de educar as crianças a respeitarem as diferenças, incentivaria a homossexualidade e a promiscuidade dessas crianças. O deputado Jair Bolsonaro, então deputado pelo PP do Rio de Janeiro, alegou em seu discurso no plenário da Câmara, em sessão extraordinária, do dia 24 de novembro de 2011, que o MEC e grupos LGBT estariam produzindo um "plano sem vergonha e sem moral" e ainda afirmou que com o material "os filhos do povo brasileiro iriam aprender a ser homossexuais nas escolas". Durante sua campanha eleitoral para a presidência em 2018, Jair Bolsonaro, retomou ao assunto do chamado "kit gay" nas escolas. Divulgou em sua página no youtube um vídeo atacando o projeto e seus idealizadores. No vídeo "Haddad, o criador do kit-gay: Vamos mudar o rumo da educação.", o candidato divulgava seu discurso contra o material trazendo de volta os discursos citados anteriormente.

Além disso, em 2014, o termo "ideologia de gênero" se tornou questão central no Brasil pela inserção do termo "gênero" no Plano Nacional de Educação (PNE), que define diretrizes e metas para a educação até 2020. Houve grandes polêmicas em torno do plano que a princípio tinha inserido no texto original referências à desigualdade de gênero e à diversidade. Por isso, o PNE teve parte de seu texto

alterado. Manifestações de parlamentares, intelectuais, grupos organizados, e principalmente grupos religiosos (católicos e evangélicos) abriram espaço para uma grande discussão e maior visibilidade da “ideologia de gênero”. Estavam de um lado os mais conservadores, religiosos e fundamentalistas que construíram uma imagem negativa sobre igualdade de gênero, tratando disso como uma forma de imposição sobre crianças à fim de destruir a família e os valores morais. E do outro lado estavam os grupos organizados de feministas e comunidades LGBTs junto com parlamentares progressistas e movimentos de estudantes e professores defendendo a promoção de igualdade e diversidade, entendendo a escola como um lugar de inclusão e debates construtivos. (ROSADO-NUNES 2015) O Cardeal Orani João Tempesta (2015), Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, soltou uma nota escrita, como uma tentativa de confrontar a utilização do termo “gênero” no texto do plano.

"O documento a ser votado contém, no entanto, uma afronta às famílias brasileiras responsáveis pelas novas gerações, pois introduz, oficialmente, no ensino nacional a revolucionária, sorrateira e perigosa “ideologia de gênero” desmascarada mais de uma vez por estudiosos de renome.”; e “Vê-se, portanto, quão arbitrária, antinatural e anticristã é a ideologia de gênero contida no Plano Nacional de Educação (PNE) e que por essa razão merece a sadia reação dos cristãos e de todas as pessoas de boa vontade a fim de pedir que nossos representantes no Congresso Nacional façam, mais uma vez, jus ao encargo que têm de serem nossos representantes e rejeitem, peremptoriamente, a ideologia de gênero em nosso sistema de ensino.” (Trechos retirados da Nota Sobre o Plano de Educação (PNE) escrita pelo Cardeal Orani João Tempesta (2015), Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro.¹)

Maria das Dores Campos Machado (2017), aponta que no Brasil os sacerdotes e bispos não lutam sozinhos contra a utilização do termo gênero. Esses se utilizam da justificativa de defesa da família e convocam, por exemplo, mulheres católicas para testemunhar e lutar contra a utilização do termo, na tentativa de mostrar a divergência na utilização de gênero dentro do próprio movimento de mulheres. E como mostra a autora, não é só no Brasil que esse movimento, iniciado pela Igreja Católica, ganha força. Em 1997 Dale O'LEARY lançou nos Estados Unidos o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, com o objetivo de discutir a "radicalização do feminismo". Em 1998, a Comissão Episcopal do Apostolo Laical e

¹ Disponível em: <<http://www.a12.com/redacaoa12/igreja/dom-orani-emite-nota-sobre-a-votacao-do-plano-nacional-de-educacao-e-a-questao-da-ideologia-de-genero>> Acesso em: 23 out. 2018.

a Conferência Episcopal do Peru lançam o documento *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, associando a perspectiva de gênero ao marxismo e ao ateísmo. E em 2010, Jorge SCALA, lançou na Argentina o livro *Ideologia de género: El género como herramienta de poder*, tentando destituir os estudos de gênero do campo teórico. (MACHADO, 2017)

Os embates entre ativistas feministas e os segmentos religiosos em torno da categoria de gênero, como aponta Machado (2017) começaram na década de 90 com o questionamento constante da Igreja Católica quanto a adoção do termo gênero nas negociações da Conferência Internacional da Mulher, realizada pela ONU, em Pequim (1995). Segundo Girard (2007), os representantes da Igreja Católica e os delegados das ONGs Cristãs, temendo as implicações da perspectiva que separava papéis sociais e a identidade do sexo biológico, exigiam uma definição mais precisa para a categoria de gênero. Segundo o pensamento de Butler (2004), os representantes da Santa Sé queriam reafirmar a concepção de mulher e os papéis a ela atribuído com base no seu sexo biológico. E para Corrêa (2011) Enquanto as feministas apresentam uma leitura construcionista para o gênero, a igreja defende que o termo esteja ligado a identidade sexual biológica de homens e mulheres.

Em 2017, houve outra polêmica envolvendo o público LGBT no Brasil. O juiz Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, concedeu uma liminar que torna legalmente possível que psicólogos ofereçam pseudoterapias de reversão sexual - a popularmente conhecida "cura gay". Na Câmara, também tramitava um projeto de lei que busca permitir tal tipo de tratamento por parte de psicólogos sem que esses sejam punidos. O projeto de lei é o PL 4931/16, apresentado por Ezequiel Teixeira (PTN-RJ). Teixeira é pastor evangélico da Associação Missionária Vida Nova, criada por ele mesmo em 1989. O texto propõe um decreto legislativo que autoriza a aplicação de uma série de terapias com o objetivo de "auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual, desde que corresponda ao seu desejo". Antes disso, um outro projeto de "cura gay", o PDC 234/11, já havia sido apresentado pelo deputado João Campos, da Igreja Assembleia de Deus, na época do (PSDB-GO). Na mesma linha da proposta de Teixeira, o texto sustava os efeitos da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que proíbe os psicólogos de colaborarem com serviços voltados ao tratamento e à cura da homossexualidade.

E outro tema recorrente é a luta contra o aborto por parte dos mais conservadores. A luta contra o aborto foi utilizada por inúmeros candidatos às eleições legislativa tanto para a Câmara dos Deputados quanto para as assembleias legislativas nas eleições de 2014 como apontado por Biroli, Miguel e Mariano (2017). E isso não foi diferente nas eleições recentes de 2018, assim como não foi diferente nas eleições de 2010. Em 2010 a utilização da temática contra o aborto, na ofensiva religiosa relativa à “defesa da vida” e à outros temas da chamada “agenda moral” também foram importantes, segundo os autores, para levar as eleições do Executivo para um segundo turno, na disputa entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Uma frente suprapartidária contra o aborto reuniu, em 2014, 167 Deputados (dos 513 representantes da Câmara) e 13 Senadores (dos 81 representantes do Senado).

Já em agosto de 2018, aconteceu uma audiência pública convocada pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), para elaborar um relatório de um julgamento da ação que visa a declarar inconstitucionais os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a prática do aborto. Não há ainda, durante o período dessa pesquisa, prazo para apresentação do parecer sobre a audiência nem prazo para o julgamento da ação. A audiência foi marcada de um lado por grupos contrários à descriminalização do aborto, trazendo expositores de grupos e associações religiosas do catolicismo, evangélicos, espírita e islâmicas. E do outro lado por grupos favoráveis à descriminalização, que argumentam em prol da laicidade do Estado e dos direitos da mulher. Os autores apontam que o debate na política institucional nacional tem tomado a forma de uma ofensiva conservadora.

"A maior presença e organização dos parlamentares evangélicos é, sem dúvida, um fato relevante, sem o qual não seria possível explicar a ofensiva ampliada contra o direito ao aborto nos anos 2000. Mas a liderança do movimento contra o direito ao aborto ainda é exercida pela Igreja Católica, que permanece na posição de maior denominação religiosa do país. Tanto por iniciativa de prelados individuais quanto de suas instâncias hierárquicas, ela intensificou a verbalização de sua oposição à interrupção voluntária da gravidez dos anos 1990 em diante. A articulação teve seus picos com a Campanha da Fraternidade de 2008, que elegeu o “direito à vida” como temática, e com as visitas papais, sobretudo a terceira visita do papa Wojtyla (João Paulo II), em 1997, e a visita do papa Ratzinger (Bento XVI), em 2007, em que a oposição ao aborto foi destaque.” (BIROLI, MIGUEL e MARIANO. Pp. 231 e 237. 2017)

4.1 Deputado João Campos

João Campos de Araújo, Deputado Federal João Campos (PRB-GO), é formado em direito pela Universidade Católica de Goiânia. João Campos tem 56 anos, é casado e é evangélico, pastor da Assembleia de Deus, maior denominação pentecostal do mundo. Campos foi escrivão de polícia, chefe de gabinete da secretaria de segurança pública de Goiânia, delegado, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Goiás, 1º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil e 1º Vice-Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.

Durante a 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, se encontra em seu quarto mandato como Deputado Federal pelo estado de Goiás. Após participar das 52ª, 53ª, 54ª e 55ª legislaturas da Casa é reeleito para a 56ª legislatura da Casa. Em 2015, foi eleito presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional para os dois anos conseguindo destacando como projetos prioritários da frente, durante sua gestão, a aprovação da PEC 99/11 - na Comissão especial, destinada a discutir a proposta -, que permite a entidades religiosas de âmbito nacional propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade ao STF; e a aprovação do Estatuto do Nascituro (PL 478/07) – na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - , que transforma o aborto em crime hediondo. Também foi ele o autor do REQ 3.424/2015 que registra a Frente Parlamentar Evangélica.

“A nossa pauta é a pauta da família, da vida, do estado laico, da ampla liberdade religiosa. Por isso vamos priorizar a aprovação da PEC 99/11 e do Estatuto do Nascituro. Além disso, sem prejuízo dos projetos nossos, estaremos muito vigilantes em relação aos projetos que contrariam nossos princípios, nossos valores, e que contrariam os interesses que nós defendemos”, disse o parlamentar. (Trecho retirado de entrevista concedida pelo Deputado João Campos ao site da Câmara dos Deputados.²)

Até o dia primeiro de agosto de 2018, durante a 55ª legislatura, data de finalização do levantamento, o deputado do PRB apresentou 219 projetos (entre PEC, PL, REQ e outros.) de sua autoria e foi relator de 15 projetos (entre PEC, PL,

² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482183-JOAO-CAMPOS-E-ELEITO-PRESIDENTE-DA-FRENTE-PARLAMENTAR-EVANGELICA.html>>. Acesso em: 23 out. 2018.

REQ e outros.). Dentre esses, o maior número de projetos de atuação foi em projetos de Economia, são 35 projetos nessa categoria. Analisando a natureza desses projetos, vemos que os projetos são basicamente voltados para a estruturação da remuneração de cargos públicos, ao equilíbrio fiscal nos estados, à repasses à educação, saúde e segurança, além de tratarem da lei orçamentária de ministérios e da incidência do IPTU sobre templos de qualquer culto.

Tabela 3: Tabela de proposições relatadas e de autoria do deputado João Campos (PRB-GO), na 55ª Legislatura, em ordem decrescente de atuação.

Categorias	Projetos de autoria do Deputado João Campos (PRB-GO)	Projetos relatados do Deputado João Campos (PRB-GO)	TOTAL
Economia	33	2	35
Código Penal	32	2	34
Trabalho	25	1	26
Segurança Pública	19	1	20
Administração Pública	12	2	14
Homenagens e Dias Comemorativos	13	1	14
Religião	12	0	12
Previdência	11	0	11
Comunicação	9	0	9
Direitos da Mulher	6	0	6
Educação	6	0	6
Saúde	5	0	5
Família	3	0	3
Gênero e Sexualidade	3	0	3
Radiofusão	0	3	3
Armamento	2	0	2
Direitos Humanos	2	0	2
Tecnologia	1	1	2
Energia	0	0	0
Meio Ambiente	0	0	0
Privatização	0	0	0
OUTROS	29	4	33
TOTAL	223	16	239

Fonte: Elaborada pelo autor, como parte da pesquisa “Democracia, direitos e a ofensiva contra a ‘ideologia de gênero’” (FAP-DF 04/2017).

Logo em seguida estão projetos relacionados ao Código Penal, são 34 projetos. Esses projetos são de combate ao crime organizado, em defesa da diminuição da maioria penal, tentativa de mudança no código de processo penal e garantia de segurança aos cidadãos. Seguidos por projetos na temática de Trabalho (26 ocorrências) e de Segurança Pública (20 ocorrências). Os projetos de Segurança Pública têm uma relação com o tema anterior de código penal, ligados à uma produção de políticas punitivas.

João Campos foi titular da Comissão de Segurança Pública da Câmara e sempre teve atuação na área de segurança pública. Ele tem formação na área, é delegado de polícia de classe especial. É de autoria dele o Projeto de Lei 5982/09, que dá aos agentes e guardas prisionais, integrantes de escolta de presos e a guardas dos serviços portuários o direito de portar arma de fogo fora de serviço. Valendo tanto para armas fornecidas pela corporação ou instituição da qual o agente faça parte quanto para as de propriedade particular. João Campos também propôs o PL 4408/08, que permite porte de arma aos agentes de trânsito das Secretarias Municipais de Trânsito.

Durante a 52ª Legislatura (2003-2007), João Campos e Alberto Fraga presidiram a Frente Parlamentar da Segurança Pública. O símbolo da Frente Parlamentar da Segurança Pública, desde 2015, são duas armas desenhando o Congresso Nacional. Esse símbolo apresenta uma feição bélica do grupo que foi presidido durante todo seu tempo de existência, desde 2003, por algum evangélico.

Como aponta Lacerda (2018) a onda neoconservadora, a partir da definição de inimigos internos na América Latina, como um todo, passou a promover programas criminais mais repressivos que os existentes anteriormente. Na década de 1970, quando essa onda estourou, Vera Malaguti Batista (2003) aponta que o inimigo nacional era o terror comunista contra o regime militar. Porém, com a desarticulação do movimento comunista e o fim do regime militar no Brasil, a figura do inimigo interno mudou. O direito penal intensificou-se então como instrumento de controle das classes mais pobres. (LACERDA, 2018)

Esses são projetos de cunho mais punitivos, que se distanciam das temáticas abordadas pelos deputados católicos presentes hoje na Câmara. Em reunião no dia 17 de março de 2015, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os

deputados evangélicos, dentre eles João Campos, encaminharam as discussões pela admissibilidade da PEC 171/1993, que prevê a diminuição da maioria penal. O voto vencedor pela aceitação da PEC teve o deputado Marcos Rogério (PDT-RO), uma liderança evangélica no Congresso, como relator. Enquanto isso o relator original do projeto o deputado Luiz Couto (PT/PB), que é padre, foi voto vencido por ser contra a redução.

Além disso, 12 dos projetos se encaixam na categoria de projetos Religiosos. Um deles é o registro da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso. Entre os outros projetos de cunho religioso estão os projetos de homenagem ao dia da bíblia e homenagem à reforma protestante e as ações em cima da PEC 99/2011 que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal.

Existe, então, uma certa diversidade nos projetos de João Campos. O deputado tem 12 projetos ligados a temática de Gênero e Sexualidade (3 projetos se encaixam nessa categoria), Família (3 projetos se encaixam nessa categoria) e Direitos da Mulher (6 projetos se encaixam nessa categoria). Analisando esses projetos percebe-se que são projetos que tentam sustar ou combater algum avanço dos movimentos Feminista e LGBT.

Os três projetos categorizados como projetos de Gênero e Sexualidade começam com a palavra sustar. O PDC 30/2015 tenta sustar a Resolução que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização." O PDC 214/15 que susta a Portaria do Ministério da Educação que "Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.". E o PDC 395,16 que susta o Decreto que "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.". Essas são todas medidas para tentar barrar os direitos

LGBT tentando manter os princípios e valores sociais pregados pela religião como hegemônicos na sociedade.

Além disso, o deputado é autor do PDC 234/11, conhecido como "cura gay", que susta os efeitos da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que proíbe os psicólogos de colaborar com serviços voltados ao tratamento e à cura da homossexualidade. Como aponta Lacerda, a reação pró-família patriarcal é uma busca, não só por visibilidade política desses deputados dentro dos movimentos cristãos, mas uma busca de resistir à avanços do feminismo e do movimento LGBT dentro do poder Legislativo brasileiro. A autora ainda continua, afirmando que os evangélicos aderem à uma agenda ampla e neoconservadora, mas não tratam apenas da questão de gênero apesar de essa ser uma temática central nos discursos e ações dos deputados denominados evangélicos. (LACERDA, 2018)

Os projetos ligados às temáticas de Família e Direitos das mulheres são principalmente projetos de valorização de arranjos familiares convencionais e de temas ligados à criação do Estatuto do Nascituro e à criminalização do aborto. Dentre os projetos ligados aos Direitos da Mulher, que são seis projetos, a subcategoria de "aborto" tem três ocorrências, ou seja, metade dos projetos ligados à Direitos da Mulher do deputado são ligados à criminalização do aborto. Como apresentado por Biroli, Miguel e Mariano (2017), há no Congresso brasileiro, há algum tempo, uma forte e aberta defesa religiosa em relação ao que eles chamam de "defesa da vida". Esses projetos tratam basicamente da temática de criminalização do aborto sob qualquer circunstância, se desencontrando do pensamento de grande parte do movimento feminista.

4.2 Deputado Flavinho

Flávio Augusto da Silva, deputado Flavinho (PSC-SP), tem 47 anos, é casado, católico e é músico, ligado a Canção Nova, uma comunidade católica que segue as linhas da Renovação Carismática Católica, sendo um dos maiores sistemas de comunicação social para a Evangelização Católica no Mundo. Flavinho é membro da Câmara dos Deputados desde 2015, estando em seu primeiro mandato como Deputado Federal durante a 55ª legislatura, nem chegando a concorrer para a legislatura seguinte.

O deputado nunca havia tido um cargo público antes de ser eleito como Deputado Federal. Já em seu primeiro mandato se tornou vice presidente da Frente Parlamentar Católica na Câmara dos Deputados para o Congresso Nacional. Flavinho foi eleito em 2014 pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) mas em 2018 mudou de sigla, migrando para o PSC (Partido Social Cristão). Segundo o próprio deputado, em entrevista, a mudança ocorreu por ele ter uma forte atuação em defesa do que chama de 'família tradicional' e também contra a identidade de gênero. Segundo ele, após a morte de Eduardo Campos em 2014, o PSC começou a ter posicionamentos mais de esquerda, o que não o deixa confortável em permanecer na sigla.³

³ Essa informação foi baseada em publicação veiculada no portal de comunicação Ovale.

Tabela 4: Tabela de proposições relatadas e de autoria do deputado Flavinho (PSC-SP), na 55ª legislatura, em ordem decrescente de atuação.

Categorias	Projetos de autoria do Deputado Flavinho (PSC-SP)	Projetos relatados do Deputado Flavinho (PSC-SP)	TOTAL
Homenagens e Dias Comemorativos	19	10	29
Educação	23	2	25
Gênero e Sexualidade	21	2	23
Direitos da Mulher	20	2	22
Saúde	18	2	20
Economia	15	2	17
Código Penal	15	0	15
Religião	14	0	14
Previdência	8	1	9
Trabalho	8	0	8
Radiofusão	3	3	6
Comunicação	5	0	5
Energia	4	0	4
Família	3	0	3
Meio Ambiente	3	0	3
Privatização	3	0	3
Direitos Humanos	2	0	2
Tecnologia	2	0	2
Administração Pública	0	0	0
Armamento	0	0	0
Segurança Pública	0	0	0
OUTROS	13	2	15
TOTAL	199	26	225

Fonte: Elaborada pelo autor, como parte da pesquisa “Democracia, direitos e a ofensiva contra a ‘ideologia de gênero’” (FAP-DF 04/2017).

Como podemos ver na tabela acima, Flavinho teve uma conduta com um foco diferente do deputado João Campos. Durante a legislatura, apesar de os dois deputados se engajarem, por vezes, a favor e contra temas em comum, os deputados tiveram atuações com foco em áreas distintas. Flavinho, assim como João Campos, tem uma certa diversidade nos seus projetos. Flavinho tem a categoria de Homenagens e Dias Comemorativos com o maior número de ocorrências entre as suas temáticas de projetos, foram 29 projetos. Logo em seguida estão os projetos de Educação, que são os principais projetos do deputado, tendo 25 ocorrências. O parlamentar teve grande atuação na área de educação, trabalhando, além de outros temas, com o conteúdo curricular na Base Nacional Comum Curricular; com o atendimento educacional especializado para crianças de 0 a 3 anos portadores de necessidades especiais; vedando do uso de imagens eróticas, pornográficas ou obscenas no material escolar nacional; e tentando incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Além disso, foi relator do Projeto de Lei (PL 7180/14) da chamada “Escola Sem Partido”, defendendo a proibição dos termos “gênero” e “orientação sexual” em sala de aula. Apresentou o REQ 83/2015 para discutir a inclusão da "ideologia de gênero e orientação sexual" nos planos estaduais e municipais de educação, temáticas que já haviam sido retiradas do Plano Nacional de Educação. E apresentou o RIC 565/2015 que requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o Documento Final do Conae-2014 quanto a "ideologia de gênero".

Logo em seguida, com o terceiro e quarto lugares em quantidade de projetos, apresentados ou relatados por Flavinho, estão os projetos ligados a Gênero e Sexualidade, são 23, e os projetos ligados aos Direitos da Mulher, são 22. A atuação do deputado na questão de Direitos das Mulheres é mais voltada para a garantia de direitos básicos das mulheres, no trabalho e em casa, diferente da atuação do deputado evangélico. Flavinho trabalha com projetos para estabelecer como contravenção penal abordar, importunar ou constranger uma mulher com palavras torpes ou obscenas; busca a garantia de direitos trabalhistas para gestantes e amparo à gestantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; tenta trazer a conscientização sobre a entrega voluntária de bebês para adoção;

tem três projetos na subcategoria de segurança financeira de mulheres provedoras do lar, ou mulheres em condições de vulnerabilidade; tem seis projetos para criminalização do aborto; tem sete projetos na subcategoria de garantia de segurança da mulher dentro de casa como o PL 6129/2016, de sua autoria, que propõe incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e o PL 6622/2013, em que foi relator, que tipifica o crime de feminicídio.

Porém, ao analisar o discurso do deputado durante a votação do projeto que cria a Comissão da Mulher, da Idosa, da Criança e do Adolescente, da Juventude e Minorias, no dia 27 de Abril de 2016, no Plenário da Câmara, encontramos falas que diminuem a luta feminista e tratam dos direitos da mulher como uma garantia da manutenção da sociedade tradicional como hegemônica:

"Mulher não precisa de empoderamento, precisa ser amada e cuidada"; e "A mulher de verdade, que está lá fora, ralando para sobreviver, ela não quer empoderamento, ela quer ser amada, ela quer ser cuidada, ela quer ser respeitada. Quem quer ser empoderada é a feminista." (Trechos retirados da fala do Deputado Flavinho em votação do projeto que cria a Comissão da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Juventude e Minorias, no plenário da Câmara dos Deputados, em 27 de abril de 2016⁴)

O deputado católico ainda têm grande atuação no combate à direitos LGBTs, tendo vários projetos ligados às categorias de gênero, religião e sexualidade. Em audiência pública da Comissão Especial do Estatuto da Família (25/06/2015) Flavinho se pronunciou contra a comunidade LGBT:

"Para se iniciar uma família, não se inicia sem uma genitália, a família não começa com um beijo. A família começa com o encontro de um pênis com uma vagina"; "De forma alguma nós podemos colocar nesse arranjo familiar essa união estável pleiteada pelo movimento LGBT... Não podemos confundir isso com uma família constituída."; e "Não existem famílias, é uma família, essa é a constituição familiar, homem, mulher e a sua prole." (Trechos retirados da fala do Deputado Flavinho em Audiência Pública, na Comissão Especial do Estatuto da Família, na Câmara dos Deputados, em 25 de junho de 2015 ⁵)

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9vqvboEkV8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 19 out. 2018.

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BidJB1D9k8U>>. Acesso em: 19 out. 2018.

Sobre Gênero e Sexualidade, 23 projetos são classificados nessa categoria. Três desses projetos são os mesmos que os do deputado João Campos, que tentam sustar avanços dos direitos da comunidade LGBT, o PDC 30/2015, o PDC 214/15 e o PDC 395,16. Além desses projetos o parlamentar ainda tem projetos para discutir a inclusão de "ideologia de gênero e orientação sexual" nos planos estaduais e municipais de educação, discutindo sobre a inclusão desses termos em relação ao PNE e ao texto final da CONAE-2014; tem um projeto de repúdio à palestra de Judith Butler no Brasil; e tenta trocar o uso do termo gênero pelo uso do termo sexo para garantir que existem homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais, apenas.

Além disso, o deputado busca estabelecer políticas públicas no âmbito de saúde sexual e direitos reprodutivos; tipifica como crime a prostituição; tipifica também como crime a Importunação Sexual; promove ações de conscientização sobre métodos contraceptivos; e tenta coibir a sexualização prematura de crianças, combatendo o uso de imagens sexuais em materiais escolares.

E sobre a atuação em temas ligados a religião, com ocorrência em 14 projetos, o deputado trás, entre outras abordagens, o combate a intolerância e perseguição religiosa ou práticas discriminatórias ao catolicismo, tipificando ações como crime contra o pensamento religioso e crime de ultraje contra o culto; tenta garantir a liberdade de pensamento e manifestação religiosa da fé católica no Brasil; e trás a importância da religiosidade como fator de valorização cultural e socioeconômica.

5. Conclusão

O objetivo do artigo foi entender como atuam os deputados João Campos (PRB-GO) e Flavinho (PSC-SP), deputados religiosos conservadores, buscando entender como o discurso neoconservador e religioso destes atua em contraponto aos direitos de minorias (LGBT e Feministas). Os deputados atuam em diferentes áreas, mas nota-se um encontro de interesses específicos e, com isso, uma atuação conjunta entre as frentes religiosas em temas polêmicos como os direitos da comunidade LGBT ou a descriminalização do aborto.

Estes deputados atuam em diversas temáticas, mas podemos perceber que existe uma atuação focada na valorização da família, reforçando o poder da religião

e apresentando propostas punitivas para ações de minorias. Além disso, com a reafirmação da família tradicional e dos costumes e crenças religiosas, percebe-se que estes atuam em combate as lutas dos grupos de minorias em questões sexuais e reprodutivas.

O primeiro ponto a ser questionado é como o Brasil, que é um Estado laico, apresenta grande atuação das instituições religiosas no Congresso e como a influência dessas religiões afeta na tentativa de ganhos de direitos de outros grupos da sociedade. O neoconservadorismo rejeita a interferência do Estado nos valores da família e da religião, como mostra Lacerda (2018), mas ao mesmo tempo vemos que esses mesmos neoconservadores atuam para que seja perpetuada a interferência da idéia da família "natural" cristã e dos ideais da igreja por dentro do Estado.

Essa não é a primeira vez que o Estado brasileiro busca essa retirada dos direitos LGBT e das mulheres. Esses direitos são almejados pelos grupos sub-representados na política há muito tempo e os movimentos em busca destes por muito tempo foram reprimidos, não só no Brasil como em toda a América Latina. E não só nos dias de hoje como desde de muito tempo. Essa atuação da religião no Estado brasileiro não é uma coisa nova, não é uma novidade que o campo privado e público se mesclam no Estado, os católicos sempre tiveram sua atuação nesse espaço e hoje verificamos uma eminente atuação dos grupos católicos junto com grupos evangélicos.

Os grupos religiosos buscam legitimar seu grupo dentro do espaço da política nacional ao mesmo tempo em que tentam deslegitimar outros grupos, promovendo a crença de valores de acordo com o pensamento dominante da igreja. Flavinho, por exemplo, tenta garantir o espaço da religião mas tenta tirar o espaço do movimento LGBT no discurso político, e João Campos, é autor do projeto de cura gay.

Como percebe-se em Machado (2017), embora haja uma tendência de separação e distanciamento, principalmente no Ocidente, entre a lei e a moral e entre a sociedade nacional e as diferentes comunidades morais nesta inseridas, é imprescindível reconhecer que as diferentes comunidades travam disputas para

interferir no código legal, tentando aproximar esses códigos aos seus próprios códigos.

Os parâmetros da sociedade tradicional conservadora, moldados principalmente com uma influência da igreja católica e reverberados pelas doutrinas religiosas, sempre tiveram seu espaço hegemônico garantido dentro da sociedade Brasileira. Com a ascensão de minorias como a comunidade LGBT ou da luta de mulheres com os movimentos feministas, a hegemonia desses pensamentos conservadores acabam sendo questionadas. A luta da igreja contra o aborto, por exemplo, acaba sendo colocada em prova com a luta dos movimentos feministas para a legalização da prática no país.

Outro exemplo, é a constituição de família. Como mostra Biroli, em "Família: novos conceitos" (2014), a vida doméstica e familiar é um artefato social. Este é utilizado pelo capitalismo para separar os papéis dos sexos. Colocar em prova a constituição familiar do homem e da mulher com sua prole, aceitando a existência de novas constituições familiares, acaba por colocar em dúvida os papéis destinados a cada indivíduo dentro da sociedade capitalista. Questionar essa formação tradicional preocupa aqueles que têm interesse em mantê-la.

Ainda seguindo o livro de Biroli, a regulação da sexualidade por parte do Estado atua em conjunto com as relações de trabalho e os impactos na vida doméstica e nos papéis atribuídos à cada gênero. Ao mesmo que a noção de família é muito ligada ao afeto e as questões da vida privada, esta é uma construção social, definida por um conjunto de normas, práticas e valores, e é um tema político, tanto nos fatores que a condicionam quanto nos seus desdobramentos. A ideia de constituição familiar não está a parte do Estado por pertencer ao âmbito da vida privada dos cidadãos.

Existe uma luta diária de minorias para ascender na sociedade e ter acesso aos privilégios que a elas sempre foram negados. Essa luta incomoda a hegemonia tradicional conservadora e em reação à esse movimento de ascensão, podemos observar uma luta constante desses atores neoconservadores fundamentalistas contra as pautas de reprodução, gênero e sexualidade dos movimentos feministas e LGBT.

Como dito por Lacerda (2018), o neoconservadorismo é conservador porque procura preservar a ordem social em um contexto específico de ameaça. A ação neoconservadora no Brasil, com o seu foco principal nas questões reprodutivas e sobre sexualidade, nasce em reação aos avanços LGBT e feministas, cujas pautas passam a ser acatadas pelo poder público. Desde a Assembleia Nacional Constituinte esses movimentos e essa temática procuram espaço no parlamento brasileiro, mas com o crescimento e a consolidação destes passou a haver uma reação dos movimentos que se sentem ameaçados por esses avanços.

Existe, no Congresso Nacional, uma articulação em torno de um embate entre os movimentos de identidade e os movimentos conservadores religiosos. Vemos, então, que enquanto a defesa do movimento feminista e LGBT se faz para desmontar a penalização conservadora que considera a constituição do ativismo feminista e LGBT como um ultraje contra os costumes tradicionais, ao mesmo tempo os movimentos conservadores atuam para desmontar a ação dos movimentos pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento da diversidade sexual, utilizando-se das palavras divinas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO LOPES, Noemi. **A frente parlamentar evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados**. 2013. 111f. Trabalho de Graduação (Graduação em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, UnB, Brasília, 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Isabela Hendriz, 2009.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. - Coleção o que saber. Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2014.

BOLSONARO, Jair. **Haddad, o criador do kit-gay: Vamos mudar o rumo da educação**.. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RLaXUWxrVJQ>>. Acesso em: 07 out. 2018.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2012. 446 p.

COMISSÃO debate o Estatuto da Família com Silas Malafaia e Toni Reis. Dep. Flavinho (PSB). 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BidJB1D9k8U>>. Acesso em: 19 out. 2018.

CORRÊA, Sonia. **O conceito de Gênero: teorias, legitimação e usos**. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jaqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. p. 339-344.

DIAS OLIVEIRA, Thiago. **O discurso de ódio contra as minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão no Brasil**. 2014. 199f. (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2014.

DEPUTADO Flavinho (PSB-SP): **'mulher não precisa de empoderamento, precisa ser cuidada e amada'**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9vqvboEkV8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 19 out. 2018.

DOM Orani emite nota sobre Plano Nacional de Educação e a ideologia de gênero. 2014. Disponível em: <<http://www.a12.com/redacaoa12/igreja/dom-orani-emite-nota-sobre-a-votacao-do-plano-nacional-de-educacao-e-a-questao-da-ideologia-de-genero>> . Acesso em: 23 out. 2018.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From state managed capitalism to Neoliberal Crisis.** Chapter 2. Verso. 2013.

FRENTE Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53496>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FRENTE Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em: 18 out. 2018.

GIRARD, Françoise. **Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU.** In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Eds.). Políticas sobre Sexualidad: Reportes desde las líneas del frente, p. 347-398. México, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. **A Religião que a Modernidade Produz: Sobre a História da Política Religiosa na França.** DADOS — Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, no 4, pp. 807 a 840, 2001.

GIUMBELLI, Emerson. **Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios.** - Estud. av. vol.18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Strangers in their own land : anger and mourning on the American right.** - New York ; London : New Press, 2016.

JAIR Bolsonaro (PP-RJ) **"Que pipoca é essa? Fidel Castro financiando a democracia, aquele crápula?"**. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2weuBCZVQc8>>. Acesso em: 18 out. 2018.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados.** 2018. 209f. (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **"Ideologia de gênero": Discurso cristão para desqualificar o debate acadêmico e os movimentos sociais.** In: 10º ENCONTRO DA ABCP, 2016, Belo Horizonte.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”**. - Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(2), 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **PENTECOSTAIS, SEXUALIDADE E FAMÍLIA NO CONGRESSO NACIONAL**. - Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, jan./abr. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, Cultura e Política**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. **O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados**. - OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 23, no 1, abril, 2017.

MONTERO, Paula. **Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil**. - Novos Estudos. 74. Março, 2016.

OVALE. **Por manutenção de postura conservadora, Flavinho deixa o PSB e disputará reeleição pelo PSC**. 2018. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/03/politica/34391-por-manutencao-de-postura-conservadora-flavinho-deixa-o-psb-e-disputara-reeleicao-pelo-psc.html>. Acesso em: 18 out. 2018.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. **Dossiê: Relações de Gênero e Religião – Artigo original. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SANTOS, B. de S. **If God Were a Human Rights Activist: Human Rights and the Challenge of Political Theologies Is Humanity Enough? The Secular Theology of Human Rights'**, 2009(1) Law, Social Justice & Global Development Journal (LGD). 2009.

TORRES, Roberto. **O NEOPENTECOSTALISMO E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO NA MODERNIDADE PERIFÉRICA**. - Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 85-125, jul./dez. 2007.

VAGGIONI, Juan Marco. **La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa**. - cadernos pagu (50), DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA, 2017.

XAVIER, Luiz Gustavo. **João Campos é eleito presidente da Frente Parlamentar Evangélica.** 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482183-JOAO-CAMPOS-E-ELEITO-PRESIDENTE-DA-FRENTE-PARLAMENTAR-EVANGELICA.html>>. Acesso em: 23 out. 2018.

ZANOTTA MACHADO, Lia. **Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas.** - cadernos pagu (47), 2016.